



ATA

16ª REUNIÃO COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA MILITAR

Aos vinte e sete dias do mês julho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se por videoconferência a Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar, sob coordenação do desembargador Fernando Galvão da Rocha, presentes os(as) servidores(as) Kely Cristina Barbosa Machado, Leonardo Vaz de Melo, Letícia Sofal Costa e Valéria Linhares de Lima. O servidor Gustavo Cândido da Silva justificou a ausência antecipadamente. O desembargador Fernando Galvão da Rocha deu boas-vindas aos participantes e iniciou a reunião indagando se os integrantes teriam observações sobre o texto do livro comemorativo de 85 anos da Justiça Militar de Minas Gerais. A servidora Letícia Sofal informou que fez observações e que falta finalizar alguns pontos e se comprometeu a encaminhar após o final da reunião. O desembargador sugeriu e a comissão concordou em enviar o texto para a revisão e apresentar ao presidente do Tribunal para que ele tenha um referencial para escrever o capítulo de Apresentação. O servidor Leonardo Melo sugeriu enviar o texto para a jornalista do Tribunal examinar antes de enviar para a revisão, destacando que a servidora tem larga experiência com textos desta natureza, inclusive com a elaboração de um livro análogo do Tribunal de Contas do Estado. A comissão concordou com a sugestão e o desembargador Fernando Galvão pediu que a servidora Valéria Linhares acompanhasse esta etapa. O desembargador pediu também que o servidor Leonardo Melo verificasse as informações para a linha do tempo do Livro ajustando em consonância com o texto. O servidor Leonardo Melo explicou que este trabalho caberá à empresa que será contratada para fazer a diagramação, mas se disponibilizou a conferir e retificar ou acrescentar as datas que porventura não estiverem em de acordo com o texto. O desembargador expressou preocupação com as ilustrações do livro e o servidor Leonardo Melo pontuou que a preocupação é legítima, uma vez que o Tribunal só tem fotos de eventos mais recentes e que, para os eventos mais antigos, será necessário digitalizar os documentos. O desembargador sugeriu e a comissão acatou assumir o compromisso de identificar e separar fotos ou documentos de acordo com os temas dos capítulos. A servidora Letícia Sofal lembrou à comissão os documentos que já foram compartilhados em junho e a servidora Luanda Fróes reencaminhou os documentos no grupo de *WhatsApp* da Comissão. O servidor Leonardo Melo também reenviou os documentos que ele havia compartilhado anteriormente. O desembargador destacou a importância de produzir fotos das comendas e o servidor Leonardo informou que já tem fotos sobre o tema e que estas estão com excelente qualidade. O desembargador informou que está na pauta da reunião do Pleno que acontecerá na presente data, a Resolução que institui a Política de Gestão Documental e de Gestão de Memória e que existe a possibilidade da criação de uma unidade de gestão documental. A servidora Kely Machado informou que já foi criada a unidade e que a servidora responsável foi nomeada na data de ontem. O desembargador indagou à servidora sobre a situação do Memorial da Justiça Militar no Palácio da Justiça e a servidora explicou que não houve nenhuma comunicação formal de fechamento do espaço, mas que ela já entrou em contato pedindo para agendar uma visita, porém ainda não teve retorno. A servidora explicou que tem intenção de comparecer pessoalmente no espaço para verificar o estado do acervo. O desembargador indagou sobre o acervo que estava sob a guarda da Gestão Documental e a servidora Valéria Linhares explicou que os documentos já estão com a servidora Letícia Sofal e que os objetos estão aguardando a higienização e explicou que o presidente da CPAD ainda não assinou a autorização para o procedimento. O desembargador perguntou qual era o número do processo SEI e, de posse da informação, entrou em contato com o presidente da CPAD por telefone e ele se comprometeu a assinar a autorização na presente data. Esta reunião encerrou às 9h45. Nada mais havendo a registrar, eu, Luanda Geneviéve Martins Medeiros do Couto Fróes, Assistente Judiciária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA**,
Desembargador Civil do TJMMG, em 05/08/2022, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0239053** e o código CRC **F4CF432C**.

22.0.000000111-6

0239053v8

Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Bairro de Lourdes
CEP 30180-143 - Belo Horizonte - MG